

Jeton: com quem está a razão?

Todos são unânimes de que não há nada contra o Congresso

TERESA CRISTINA
Correspondente

Rio — A polêmica surgiu entre os políticos e a imprensa a partir das denúncias de pagamento do jeton a parlamentares ausentes que levou os presidentes da Câmara e do Senado, Ulysses Guimarães e José Fragelli, a fazerem a defesa do Congresso em cadeia nacional de rádio e televisão, foi comentada esta semana no Rio pelo jurista Sobral Pinto, as atrizes Fernanda Montenegro e Cristiane Torloni, o doutor Sócrates e o cantor e compositor João Nogueira. Apesar de encararem o assunto nem sempre sob o mesmo ângulo, todos manifestaram-se no sentido de que não está havendo uma campanha difamatória por parte da imprensa contra o Congresso Nacional.

— O País tem sempre que ficar inventando maneiras para que os sem caráter funcionem, para cercar os desonestos e fazê-los realizar o trabalho que pelo cargo que exercem estão obrigados a fazer, assinou a atriz Fernanda Montenegro, indagando, o jeton é pago para obrigar o parlamentar a comparecer às sessões, mas se ele recebe sem ir, para que ele irá?

Segundo ela, a situação configurada é caótica, levando o País a perder um tempo enorme discutindo a questão, quando há outras necessidades a serem debatidas e solucionadas:

— Se não há quorum, não há congresso e as leis ficam jogadas para o ar e o vício todo viciado — destacou — acrescentando, se o parlamentar não comparece a determinado número de sessões deveria ser automaticamente desligado.

Fernanda discorda da interpretação, segundo a qual, ao denunciar o pagamento do jeton aos parlamentares faltosos, a imprensa estaria tentando difamar o Congresso Nacional. Ela disse que até entende que os políticos se defendam, acusando, “mas a levandade do processo todo do Congresso não pertence à imprensa”. O problema a seu ver é falta de espírito público.

— Está havendo convivência de homens da envergadura de Ulysses Guimarães, ele que é uma reserva e está entre duas ou três personalidades brasileiras com lastro de confiabilidade — ponderou a atriz — lamentando que o presidente da Câmara tenha decidido ir à televisão “explicar o inexplicável”.

Para o jurista Sobral Pinto, também não está havendo campanha dos meios de comunicação contra o Congresso, mas “exclusivamente o noticiário da verdade”. Segundo ele, o parlamentar só tem direito ao jeton quando está presente.

— Pagar a parlamentares que não estão presentes é mais do que uma imoralidade, é uma atitude ilegal. É realmente doloroso que parlamentares difamatória contra o Parlamento o noticiário de que os parlamentares que não comparecem estão recebendo os Jetons ilegalmente. Isto é o que assombra os cidadãos livres e honestos deste País.

O doutor Sócrates, de volta ao Brasil, também se posicionou sobre o assunto, defendendo a iniciativa de que fossem divulgadas as atividades do Congresso, como decidiram os presidentes da Câmara e do Senado, já que na sua opinião existe “uma grande ignorância por parte da população em geral sobre como funciona o Congresso. O craque acredita que com os esclarecimentos, a população vai começar a conhecer o Congresso. Ele acha válida a discussão em torno do pagamento do jeton.

— O jeton existe para pagar quem está lá dentro. Acho importante dizer por que eles não estão lá e quais as — outras atividades que exercem — salientou o jogador lembrando que talvez os políticos não estejam no plenário, mas estejam trabalhando em seus gabinetes.

Sócrates acredita que o papel da imprensa é de servir de intermediária entre a população e os políticos e acha que, neste caso a imprensa está divulgando exatamente o que está se passando. “Se a imprensa está colocando que os políticos não comparecem, ele (Ulysses Guimarães) deve explicar como a coisa funciona, finalizou.

A atriz Cristiane Torloni também concordou com a necessidade de esclarecimento, tendo em vista que houve uma denúncia e “não existe ataque sem defesa”. Ela preferiu, ao falar sobre o jeton, traçar um paralelo entre a sua atividade, como atriz, e a de um político:

— Se eu tiver de trabalhar fora do Rio, recebo uma diária. E aí poderiam perguntar, mas você recebe bonificação para ir trabalhar?

Indagada sobre o que aconteceria se não comparecesse ao trabalho Torloni respondeu:

— Se eu não for trabalhar, sou demitida. Só se eu alegar que estou morrendo.

O cantor e compositor João Nogueira está convencido de que a função da imprensa é esclarecer, por isso discorda dos que afirmam estar havendo uma onda difamatória e achou boa a iniciativa de utilização dos meios de comunicação para informar sobre as atividades do Congresso, desde que fossem apresentando motivos reais para a ausência dos parlamentares.

— O que eu sei é que, de repente, os políticos estão em campanha, mas se isso é legal ou não eu não sei.



DOUTOR SÓCRATES



CRISTIANE TORLONI

“O jeton existe para quem está lá dentro. Acho importante dizer por que eles não estão lá e quais as outras atividades que os parlamentares exercem”

“Se eu tiver que trabalhar fora do Rio de Janeiro, recebo uma diária. E aí poderiam perguntar: mas você recebe bonificação para ir trabalhar?”

Congresso não é bem conhecido

WILKIE RODRIGUES
Correspondente

EDGAR MATA MACHADO

Belo Horizonte — O professor Edgar Mata Machado, ex-deputado pelo antigo MDB mineiro, cassado pela Revolução em 1964, afirmou que “não acredita que a imprensa esteja fazendo uma campanha difamatória contra o Congresso Nacional. O que há é uma completa desinformação, da imprensa, não só das atividades como também do real funcionamento do Congresso”.

Ele lembrou que na sua época de parlamentar (67 e 68, pois em 69 foi cassado) os parlamentares trabalhavam até de madrugada estudando e analisando projetos e outros instrumentos de interesse do povo e da Nação, nas comissões, na biblioteca e até mesmo em consultas a órgãos como o Itamarati, ministérios além de outras fontes. “Eu mesmo fiquei muitas e muitas vezes na Comissão de Justiça trabalhando até alta madrugada, pois as questões que ali apareciam eram de tal complexidade que só se conseguia chegar a alguma conclusão depois de muito estudo e discussão. Agora, essa atividade ninguém vê, porque na maioria das vezes a gente está fechado numa sala sozinho ou em local que a imprensa nem sempre frequenta. Mesmo no plenário, eu só aparecia no momento da votação, lá pelas três horas e depois ia para as comissões”.

Disse, ainda, o professor Edgar Mata Machado, que “esta atividade, no entanto, é desconhecida, só que parece da imprensa, principalmente neste momento. O fato de se encontrar o plenário vazio, conforme as fotografias vêm mostrando nos jornais e revistas, não quer dizer, em absoluto, que a Câmara e o Senado não estão trabalhando. Há o trabalho nas comissões e outras que já me referi. Então, acho que esta questão não está bem

“O fato de encontrar o plenário vazio, conforme as fotografias vêm mostrando nos jornais e revistas, não quer dizer em absoluto que a Câmara e o Senado não estão trabalhando”

analisada”.

Um outro aspecto aventado pelo professor Edgar Mata Machado foi o do voto de liderança que, segundo ele, “desestimulou totalmente o parlamentar de estar presente no plenário”. Finalmente, lembrou o ex-deputado que “o fato de termos vivido 21 anos de arbítrio, com o Congresso Nacional funcionando como um órgão homologatório, gerou um certo desinteresse pela atividade Legislativa”.

Sobre a remuneração, ele disse que “hoje eu não tenho condições de responder se o salário vale a pena ou não. Mas no meu tempo o dinheiro que a gente ganhava não era suficiente. E eu não consegui ficar rico”.

Por sua vez, o ex-deputado José Bonifácio Lafaiete de Andrade, o dr. Zezinho, ex-líder do Governo Geisel, preferiu não emitir nenhuma opinião sobre o assunto. Prefiro não falar nada, disse ele ao telefone quando as perguntas lhe foram colocadas.

Para o deputado José Bonifácio Filho, PDS, e primeiro secretário da Assembleia Legislativa mineira, “a presença do deputado no Plenário é parte do seu desempenho como representante do povo. Não é todavia fundamental que ele ali permaneça as suas atividades em favor daqueles a que representa. Penalizar o deputado pela sua ausência no plenário seria o mesmo que penalizá-lo pela sua ausência no gabi-

nete, resolvendo os problemas do povo, ou ainda penalizá-lo pela sua ausência nas comissões, ou ainda, nos ministérios governamentais”.

Acrescentou que “era preciso então que se conciliasse a sua presença nos diversos ramos da atividade, de uma maneira que não prejudicasse nenhuma delas. Entretanto, acho difícil porque, como pode o deputado estar no plenário e nos outros lugares, onde sua presença é exigida, ao mesmo tempo. Se fosse possível controlar os horários talvez se conseguisse a presença dele nas comissões, no plenário, nos gabinetes ou nos ministérios”.

— A situação é confusa e sua solução muito difícil.

José Bonifácio disse que “não sou daqueles que acham estar a imprensa contra o Congresso Nacional. Posso admitir que faltam aos ilustres profissionais alguns dados ou lembranças como estes que lembrei. Até mesmo para entrevistas é preciso que haja espaços e entendo que um estudo mais pormenorizado da atividade parlamentar poderia esclarecer o problema”.

Quanto a remuneração, “acho que ela deve ser igual ao dos ministros do Estado e aos do Supremo Tribunal, a fim de que haja igualdade entre os três poderes. Ainda que os deputados tenham, na realidade, muito mais despesas que os representantes dos outros poderes”.